



O DESENVOLVIMENTO DA ESCRITA INFANTIL NO CONTEXTO BRASILEIRO: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA PARA O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

Andrea Cristina Carisani¹, Cristina Aparecida Chinalia Pomponio²; Chrystiane Gambini Mayer³; Janaina Aparecida da Silva Lopes⁴; Karina Bastos da Silva⁵, Sonia Aparecida Zanetti⁶,

¹Secretaria Municipal de Educação, São Carlos, Brasil (andrea.carisani@gmail.com), ²Secretaria Municipal de Educação, São Carlos, Brasil, ³Secretaria Municipal de Educação, São Carlos, Brasil, ⁴Secretaria Municipal de Educação, São Carlos, Brasil, ⁵Secretaria Municipal de Educação, São Carlos, Brasil, ⁶Secretaria Municipal de Educação, São Carlos, Brasil

Resumo: O presente trabalho analisa o desenvolvimento da escrita das crianças no Brasil, à luz da psicogênese da língua escrita. Fundamentado em estudos de Emilia Ferreiro e outros autores, discute-se a escrita como construção cognitiva e social, destacando os níveis de desenvolvimento, os aspectos fonológicos e as implicações pedagógicas para a alfabetização, valorizando a criança como sujeito ativo do processo de aprendizagem.

Palavras-chave: Alfabetização. Desenvolvimento da escrita. Psicogênese da língua escrita. Educação infantil.

INTRODUÇÃO

A alfabetização constitui um dos processos mais significativos da educação básica, pois representa o ingresso da criança na cultura do escrito e possibilita sua participação ativa na vida social. No contexto brasileiro, o desenvolvimento da escrita infantil tem sido historicamente marcado por desafios pedagógicos e sociais, especialmente no que se refere à compreensão de como as crianças se apropriam desse sistema e quais concepções orientam as práticas docentes nesse percurso. Tradicionalmente, o ensino da escrita esteve associado a práticas mecânicas, centradas na repetição de grafemas e fonemas isolados, desconsiderando os conhecimentos prévios dos alunos e os processos cognitivos subjacentes à construção da linguagem escrita. Essa perspectiva reducionista, ao priorizar a técnica



em detrimento da reflexão, contribuiu para aprendizagens fragmentadas e pouco significativas.

Contudo, a partir dos estudos de Emilia Ferreiro e Ana Teberosky sobre a psicogênese da língua escrita, ocorreu uma mudança paradigmática na área. As autoras demonstraram que a criança não aprende a escrever por simples memorização, mas atua como um sujeito ativo que constrói hipóteses sobre o funcionamento do sistema, percorrendo diferentes níveis de conceitualização até atingir a compreensão do princípio alfabético (FERREIRO; TEBEROSKY, 1979).

Nesse sentido, Ferreiro (2001) propõe que a escrita seja tratada como um objeto de conhecimento sobre o qual a criança reflete e elabora teorias próprias. Sob essa ótica, o erro é ressignificado: deixa de ser visto como uma falha a ser punida e passa a ser entendido como um indicador valioso do pensamento infantil. Tal compreensão exige do professor uma postura investigativa, capaz de interpretar as produções dos alunos para realizar intervenções pedagógicas intencionais.

Estudos contemporâneos complementam essa visão ao evidenciarem que o desenvolvimento da escrita envolve, simultaneamente, aspectos conceituais e a análise da estrutura fonológica da língua. Pesquisas como as de Ferreiro e Zamudio (2013) e Treiman et al. (2013) demonstram que dificuldades na representação de sílabas complexas (como CVC e CCV) são inerentes ao processo construtivo e revelam os desafios da criança em segmentar a cadeia sonora da fala.

No cenário brasileiro atual, compreender essas etapas é fundamental para a superação de métodos que ainda ignoram a inteligência do aprendiz. Conforme destaca Ferreiro (2018), a resistência escolar em aceitar que as crianças pensam sobre o escrito antes do ensino formal continua sendo um dos maiores obstáculos para uma alfabetização de qualidade.

Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo analisar o desenvolvimento da escrita infantil no Brasil à luz da psicogênese, articulando contribuições teóricas que auxiliem na compreensão dos processos cognitivos e linguísticos envolvidos na alfabetização inicial. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada em autores como Emilia Ferreiro, Ana Teberosky, Margarida Alves Martins e Thaïs Cristófaró Silva. Busca-se, assim, oferecer subsídios



para uma prática pedagógica que respeite o tempo de aprendizagem e reconheça o aluno como protagonista de seu próprio saber.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Analisar o desenvolvimento da escrita das crianças no Brasil, à luz da psicogênese da língua escrita, compreendendo os processos cognitivos e linguísticos envolvidos na alfabetização inicial.

Objetivos Específicos

- Compreender a escrita como um objeto de conhecimento construído pela criança no processo de alfabetização;
- Identificar as principais etapas do desenvolvimento da escrita infantil, conforme os estudos da psicogênese da língua escrita;
- Analisar as concepções infantis sobre o sistema de escrita e suas hipóteses de aprendizagem;
- Discutir as dificuldades presentes no início da alfabetização, especialmente relacionadas à análise fonológica da língua;
- Refletir sobre as contribuições dos estudos de Emilia Ferreiro e outros autores para a prática pedagógica no contexto brasileiro;
- Apontar implicações pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento da escrita de forma significativa na educação básica.

JUSTIFICATIVA

A alfabetização constitui uma das etapas mais fundamentais da educação básica, pois possibilita à criança o acesso à cultura escrita e sua participação efetiva na vida social. No entanto, apesar de sua centralidade no processo educativo, o ensino da escrita no Brasil ainda enfrenta inúmeros desafios, especialmente no que se refere à compreensão de como as crianças constroem conhecimentos sobre o sistema de escrita e de que maneira as práticas pedagógicas podem favorecer esse desenvolvimento.

Historicamente, o processo de alfabetização foi marcado por métodos tradicionais que priorizavam a memorização de letras, sílabas e palavras, desconsiderando os



aspectos cognitivos, linguísticos e sociais envolvidos na aprendizagem. Essa concepção reduziu a escrita a um exercício mecânico, afastando-se da compreensão de que aprender a escrever implica refletir sobre a língua e atribuir sentido às práticas de leitura e escrita.

Nesse contexto, os estudos de Emilia Ferreiro e colaboradores representaram um marco teórico ao evidenciarem que a criança é um sujeito ativo no processo de alfabetização, capaz de elaborar hipóteses sobre a escrita antes mesmo do ensino formal. A psicogênese da língua escrita demonstrou que os chamados “erros” infantis não são falhas, mas manifestações de um pensamento em construção, revelando níveis progressivos de compreensão do sistema alfabético (FERREIRO; TEBEROSKY, 1979).

Apesar dos avanços teóricos, ainda se observa, na realidade escolar brasileira, dificuldades na incorporação dessas concepções às práticas pedagógicas. Muitas propostas de ensino continuam centradas na reprodução de modelos, na cópia e na fragmentação da linguagem, o que pode comprometer o desenvolvimento pleno da escrita e gerar obstáculos na aprendizagem. Conforme destaca Ferreiro (2011), uma das maiores resistências da escola consiste em aceitar que as crianças pensam sobre o escrito, o que exige mudanças profundas na postura docente. Para a autora:

A aceitação do fato de que a criança pensa a respeito da escrita e que seus pensamentos a levam a formular ideias que nem sempre coincidem com as nossas (embora sejam ideias lógicas a partir de seu ponto de vista) tem consequências pedagógicas imediatas. A principal delas é que não se pode mais considerar o professor como o único que detém o saber e a criança como quem nada sabe; ambos são sujeitos ativos no processo, embora com responsabilidades e papéis diferenciados. (FERREIRO, 2011, p. 32).

Pesquisas recentes indicam que o desenvolvimento da escrita envolve também aspectos fonológicos, especialmente no que diz respeito à análise da cadeia sonora da fala. Estudos como os de Ferreiro e Zamudio (2013) e Treiman et al. (2013) apontam que dificuldades relacionadas à escrita de sílabas mais complexas fazem



parte do processo construtivo da criança e não devem ser interpretadas como incapacidade ou atraso, mas como etapas naturais da aprendizagem.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível aprofundar estudos que articulem as contribuições da psicogênese da língua escrita com os conhecimentos linguísticos, de modo a oferecer subsídios teóricos que auxiliem professores na compreensão das produções infantis. Compreender como a criança aprende a escrever é condição essencial para o planejamento de práticas pedagógicas mais intencionais, significativas e respeitosas aos tempos e modos de aprendizagem. De acordo com Moraes (2012):

Compreender a natureza alfabética do nosso sistema de escrita não é algo que se dê por um processo de simples memorização ou de associação de fonemas a grafemas. Trata-se de uma descoberta conceitual em que a criança precisa realizar uma análise fonológica da fala para perceber que as palavras são compostas por unidades menores e que a escrita representa essas unidades sonoras. As dificuldades na grafia de sílabas complexas não são, portanto, erros aleatórios, mas tentativas lógicas de um aprendiz que está testando a estabilidade das regras de correspondência sonora. (MORAIS, 2012, p. 54).

Assim, este trabalho justifica-se pela necessidade de refletir sobre o desenvolvimento da escrita das crianças no Brasil, contribuindo para a formação docente e para a construção de propostas alfabetizadoras que valorizem a criança como protagonista do próprio processo de aprendizagem, fortalecendo uma educação comprometida com a qualidade, a equidade e o direito à alfabetização.

CAPÍTULO 1 – A ESCRITA COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL E COGNITIVA

A escrita constitui um importante instrumento cultural que possibilita ao sujeito participar ativamente da vida social. Não se trata apenas de um código gráfico, mas de um sistema simbólico historicamente construído, cuja apropriação exige reflexão, interação e mediação pedagógica. Nesse sentido, aprender a escrever implica compreender os princípios que organizam o sistema de escrita e suas funções sociais. Segundo Ferreiro (1988), a criança inicia sua relação com a escrita muito antes da escolarização formal, por meio do contato com diferentes portadores textuais



presentes em seu cotidiano. Para a autora, “a escrita não começa na escola, mas no ambiente social em que a criança vive” (FERREIRO, 1988, p. 15). Assim, desde cedo, as crianças observam, interpretam e atribuem significados aos textos, construindo ideias próprias sobre o funcionamento da linguagem escrita.

Ferreiro (2001) ressalta que a escrita deve ser compreendida como um objeto de conhecimento, e não apenas como uma técnica a ser reproduzida. Nessa perspectiva, a aprendizagem não ocorre pela simples transmissão de conteúdos, mas pela construção ativa do sujeito. A autora afirma que “aprender a escrever não é aprender letras, mas compreender o sistema de representação da linguagem” (FERREIRO, 2001, p. 32).

A escrita não é um produto escolar, mas sim um objeto cultural, resultado do esforço coletivo da humanidade. Como objeto cultural, a escrita cumpre diversas funções (sociais, comunicativas, organizacionais, etc.). Como objeto de conhecimento, a escrita apresenta problemas ao aprendiz: o que é que a escrita representa e como o representa? Aprender a ler e a escrever supõe, portanto, a apropriação de um objeto cuja natureza não é simples, pois não se trata de um código de transcrição, mas de um sistema de representação da linguagem. (FERREIRO, 2011, p. 24).

Nesse processo, o erro assume um papel fundamental, pois revela o pensamento da criança. Conforme destaca Ferreiro (2018), uma das maiores dificuldades da escola está em aceitar que as crianças pensam sobre o escrito, elaborando hipóteses próprias, muitas vezes diferentes da escrita convencional. Assim, interpretar as produções infantis torna-se essencial para o trabalho pedagógico.

Martins (1994) complementa essa perspectiva ao afirmar que as conceptualizações infantis sobre a linguagem escrita influenciam diretamente o processo de aprendizagem da leitura e da escrita, sendo indispensável que o professor reconheça essas concepções para promover intervenções adequadas. Para a autora:

O reconhecimento de que as crianças constroem ideias próprias sobre o que a escrita representa e como ela se organiza implica uma mudança radical na postura pedagógica. Não se trata apenas de esperar que a criança amadureça, mas de fornecer-lhe situações que a obriguem a testar suas hipóteses. Se o professor ignora as conceitualizações que o aluno já possui, corre o risco de propor



atividades que não fazem sentido para a estrutura cognitiva da criança, impedindo que ela estabeleça relações significativas entre os sons da fala e os sinais gráficos. (MARTINS, 1994, p. 58).

Os estudos de Ferreiro e Teberosky (1979) evidenciaram que o desenvolvimento da escrita ocorre por meio de níveis conceituais, e não de forma linear ou mecânica.

Segundo as autoras, o primeiro nível é o pré-silábico, no qual a criança ainda não estabelece relação entre fala e escrita, utilizando traços, letras ou símbolos sem correspondência sonora. Em seguida, surge o nível silábico, em que a criança passa a atribuir uma letra para cada sílaba falada. Posteriormente, no nível silábico-alfabético, observa-se uma transição, até que a criança alcance o nível alfabético, compreendendo a correspondência fonema-grafema.

Ferreiro e Teberosky (1979, p. 54) afirmam que “a criança não copia a escrita do adulto, mas reconstrói o sistema a partir de suas próprias hipóteses”. Essa constatação rompe com a ideia de que o ensino da escrita deve iniciar pela memorização de sílabas, enfatizando a necessidade de situações significativas de leitura e produção escrita.

Ferreiro (1997) reforça que alfabetizar não significa escolher um método, mas compreender o processo epistemológico da aprendizagem. Para a autora, as discussões metodológicas tornam-se limitadas quando desconsideram como a criança pensa sobre a escrita.

Em estudos mais recentes, Ferreiro (2019) critica as dicotomias entre métodos tradicionais e construtivistas, defendendo uma abordagem que considere o conhecimento infantil como eixo central do processo alfabetizador. Seguindo essa linha, Weisz (2002) detalha como essa postura deve se traduzir na mediação em sala de aula: A intervenção pedagógica que ajuda a criança a avançar é aquela que leva em conta o que ela já sabe e coloca problemas que a façam pensar sobre o que ainda não sabe. O papel do professor não é dar a resposta correta, mas organizar situações de aprendizagem que permitam ao aluno coordenar diferentes informações, confrontar suas hipóteses com as dos colegas e com a escrita convencional, gerando o conflito cognitivo necessário para a reestruturação do seu saber. (WEISZ, 2002, p. 61).



Portanto, o êxito do processo alfabetizador depende da capacidade do docente em converter o ambiente escolar em um espaço de investigação, onde as hipóteses infantis são o ponto de partida para a conquista da escrita alfabética.

CAPÍTULO 2 – ASPECTOS FONOLÓGICOS E IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS NA ALFABETIZAÇÃO

O desenvolvimento da escrita envolve, além dos aspectos conceituais, a capacidade de análise da estrutura sonora da língua. A compreensão da relação entre fala e escrita exige que a criança identifique unidades menores da linguagem, como sílabas e fonemas.

Silva (2019, p. 21) destaca que a fonética e a fonologia contribuem para compreender como os sons do português se organizam e como se relacionam com a escrita alfabética. Segundo a autora, a dificuldade em representar determinados sons está relacionada à complexidade do sistema linguístico e não à incapacidade da criança. Ferreiro e Zamudio (2013) analisam especificamente a escrita de sílabas CVC e CCV, demonstrando que a omissão de consoantes é frequente no início da alfabetização: O fato de que as crianças omitam a consoante em posição de coda silábica (como o 'r' em 'porta') ou a segunda consoante em encontros consonantais (como o 'r' em 'prato') não deve ser visto como uma falha auditiva. Trata-se de uma dificuldade cognitiva de análise da sequência sonora, onde a estrutura da sílaba simples (consoante-vogal) exerce uma pressão tão forte sobre o aprendiz que ele tende a reduzir as estruturas complexas àsquelas que ele já domina conceitualmente. (FERREIRO; ZAMUDIO, 2013, p. 348).

Estudos realizados por Treiman et al. (2013, p. 885) com crianças falantes do português brasileiro confirmam que muitas produções escritas seguem uma lógica silábica, o que reforça os pressupostos da psicogênese da língua escrita. Os autores evidenciam que as crianças utilizam estratégias coerentes com seu nível de desenvolvimento, mesmo quando a escrita não corresponde à forma convencional.

Diante disso, as implicações pedagógicas tornam-se evidentes. O professor precisa interpretar a escrita infantil como manifestação de pensamento, planejando intervenções que ampliem a reflexão sobre o sistema de escrita. Conforme Ferreiro



(2001, p. 45), práticas baseadas apenas na correção e repetição não favorecem a compreensão do funcionamento da língua.

Assim, a alfabetização deve estar fundamentada em situações reais de leitura e escrita, valorizando a produção textual, a interação entre pares e a mediação docente. Essa perspectiva contribui para uma aprendizagem mais significativa e respeitosa ao desenvolvimento infantil, especialmente no contexto educacional brasileiro.

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo analisar o desenvolvimento da escrita das crianças no Brasil, à luz da psicogênese da língua escrita, buscando compreender os processos cognitivos e linguísticos envolvidos na alfabetização inicial. A partir da revisão teórica realizada, foi possível evidenciar que a aprendizagem da escrita não ocorre de forma mecânica, mas por meio de um processo ativo de construção, no qual a criança elabora hipóteses e interpreta o funcionamento do sistema de escrita.

Os estudos de Emilia Ferreiro e Ana Teberosky contribuíram significativamente para a compreensão de que a criança é sujeito de conhecimento e não mero receptora de informações. Ao demonstrar que existem níveis de desenvolvimento da escrita, as autoras possibilitaram uma nova forma de compreender os registros infantis, rompendo com a visão tradicional que associa erro à incapacidade. Nesse sentido, as produções das crianças revelam formas próprias de pensar, que precisam ser reconhecidas e valorizadas no contexto escolar.

Ao longo do trabalho, também foi possível identificar que o desenvolvimento da escrita envolve aspectos fonológicos importantes, especialmente no que diz respeito à análise da cadeia sonora da fala. As pesquisas de Ferreiro e Zamudio, bem como os estudos de Treiman et al., evidenciam que dificuldades relacionadas à escrita de determinadas estruturas silábicas fazem parte do processo natural de aprendizagem e não devem ser interpretadas como falhas ou atrasos. Tal compreensão amplia o olhar do professor sobre as produções infantis e contribui para intervenções pedagógicas mais adequadas.

No contexto brasileiro, os desafios da alfabetização ainda são significativos, sobretudo quando práticas pedagógicas desconsideram os conhecimentos prévios das crianças



e reduzem o ensino da escrita à reprodução de sílabas e palavras. A reflexão teórica apresentada neste estudo reforça a necessidade de práticas alfabetizadoras que promovam situações significativas de leitura e escrita, favorecendo a reflexão, a interação e a construção do conhecimento.

Dessa forma, torna-se evidente a importância da formação docente contínua, voltada à compreensão dos processos de aprendizagem da escrita e ao reconhecimento da criança como protagonista do próprio percurso educativo. O professor, enquanto mediador, desempenha papel fundamental ao criar condições para que os alunos avancem em suas hipóteses, ampliando gradativamente sua compreensão sobre o sistema alfabético.

Conclui-se, portanto, que compreender o desenvolvimento da escrita infantil é essencial para a construção de uma alfabetização mais democrática, inclusiva e significativa. Espera-se que este trabalho contribua para ampliar o debate sobre a alfabetização no Brasil, incentivando práticas pedagógicas fundamentadas teoricamente e comprometidas com o direito das crianças à aprendizagem da leitura e da escrita.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 03 dez. 2025.

FERREIRO, Emilia. **Alfabetización: teoría y práctica**. México: Siglo XXI, 1997.

FERREIRO, Emilia. **Com todas as letras**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRO, Emilia. **L'écriture avant la lettre**. In: SINCLAIR, Hermine (Org.). *La production de notations chez le jeune enfant*. Paris: Presses Universitaires de France, 1988. p. 7-70.

FERREIRO, Emilia. **O ingresso na escrita e na cultura do escrito: seleção de textos de pesquisa**. Tradução de Rosana Malerba. São Paulo: Cortez, 2013.

FERREIRO, Emilia. **Prospectivas en alfabetización inicial: dicotomías metodológicas y epistemológicas**. *Infancia y Aprendizaje*, v. 42, n. 1, p. 1-37, 2019.



Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6920151>. Acesso em: 24 maio 2022.

FERREIRO, Emilia. **Reflexões sobre alfabetização**. 26. ed. atualizada. São Paulo: Cortez, 2011.

FERREIRO, Emilia. **Acerca de las dificultades para aceptar que los niños piensan sobre lo escrito**. *Bellaterra Journal of Teaching and Learning Language and Literature*, v. 11, n. 2, p. 13-34, 2018. DOI: <http://doi.org/10.5565/rev/jtl3.769>. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/Bellaterra/article/view/v11-n2-ferreiro>. Acesso em: 24 maio 2022.

FERREIRO, Emilia; GÓMEZ-PALACIO, Margarita. **Análisis de las perturbaciones en el proceso de aprendizaje de la lecto-escritura**. México: Dirección General de Educación Especial, 1982.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Los sistemas de escritura en el desarrollo del niño**. México: Siglo XXI, 1979.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

FERREIRO, Emilia; ZAMUDIO, Celia. **A escrita de sílabas CVC e CCV em crianças de língua espanhola e portuguesa**. In: FERREIRO, Emilia (Org.). *O aprendizado da língua escrita*. São Paulo: Contexto, 2013.

FERREIRO, Emilia. **Reflexões sobre alfabetização**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINS, Margarida Alves. **Conceptualizações infantis sobre a linguagem escrita e aprendizagem da leitura**. *Discursos: estudos de língua e cultura portuguesa*, Lisboa, n. 8, p. 53-70, 1994. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/4044>. Acesso em: 24 maio 2022.

SILVA, Thaís Cristóforo. **Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios**. São Paulo: Contexto, 2019.

TREIMAN, Rebecca; POLLO, Tatiana Cury; CARDOSO-MARTINS, Cláudia; KESSLER, Brett. **Do young children spell words syllabically? Evidence from**



learners of Brazilian Portuguese. *Journal of Experimental Child Psychology*, v. 116, p. 873-890, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jecp.2013.08.002>.

WEISZ, Telma. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem.** São Paulo: Ática, 2002.